

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PRESIDÊNCIA**

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001

Fixa o valor a ser recolhido para o pagamento do porte de remessa e retorno de autos.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e com base no decidido na Sessão Plenária de 05.05.99, diante do disposto no art. 511 do CPC, com a redação dada pelo Art. 1º da Lei nº 9.756/98, e na letra B do Art. 41 da Lei nº 8.038/90, acrescentada pelo Art. 3º da Lei nº 9.756/98, RESOLVE:

Art. 1º - A tabela de pagamento do porte de remessa e retorno dos autos tem os seguintes valores, considerando a distância a ser percorrida e o peso dos autos:

Nº de FOLHAS (kg)	DF	GO, MG	MT, MS, RJ, SP, TO	BA, ES, PR, PI, SC, SE	AL, MA, PA, RS	AP, AM, CE, PB, PE, RN, RO	AC, RR
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Até 180 (1 kg)	20,00	21,40	28,40	33,80	36,80	40,60	52,20
181 a 360 (2 kg)	20,00	25,60	35,40	42,60	46,60	51,80	67,80
361 a 540 (3 kg)	20,00	29,80	42,40	51,40	56,40	63,00	83,40
541 a 720 (4 kg)	20,00	31,90	45,90	55,80	61,30	68,60	91,20
721 a 900 (5 kg)	21,00	36,10	52,90	64,60	71,10	79,80	106,80
901 a 1080 (6 kg)	22,60	40,30	59,90	73,40	80,90	91,00	122,40
1081 a 1260 (7 kg)	24,20	44,50	66,90	82,20	90,70	102,20	138,00
1261 a 1440 (8 kg)	25,80	48,70	73,90	91,00	100,50	113,40	153,60
1441 a 1620 (9 kg)	27,40	52,90	80,90	99,80	110,30	124,60	169,20
1621 a 1800 (10 kg)	29,00	57,10	87,90	108,60	120,10	135,80	184,80
1801 a 1980 (11 kg)	30,60	61,30	94,90	117,40	129,90	147,00	200,40
1981 a 2160 (12 kg)	32,20	65,50	101,90	126,20	139,70	158,20	216,00
2161 a 2340 (13 kg)	33,80	69,70	108,90	135,00	149,50	169,40	231,60
2341 a 2520 (14 kg)	35,40	73,90	115,90	143,80	159,30	180,60	247,20
Acima de 2521 fls. por lote adicional de 180 folhas	1,60	4,20	7,00	8,80	9,80	11,20	15,60

Art. 2º - Os valores constantes desta Tabela devem ser recolhidos na rede bancária arrecadadora, mediante preenchimento de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF), adotando-se como código de receita a classificação "8021 – Porte de remessa e retorno dos autos", juntando-se comprovante nos autos.

Art. 3º - O porte de remessa e retorno dos autos será recolhido pela metade do valor correspondente da tabela quando:

- a) se tratar de recursos interpostos junto aos tribunais sediados em Brasília, sem utilização dos serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), caracterizando apenas o "porte de retorno";
- b) se tratar de recursos interpostos junto ao Superior Tribunal de Justiça, que utiliza os serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), caracterizando apenas o "porte de remessa".

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Fica revogada a [Resolução nº 04, de 13 de junho de 2000](#).

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Ministro PAULO COSTA LEITE

